



## Resultados 2021

### Teleconferência

29 de março de 2022

(em português com tradução simultânea para o inglês)

11h00 (Brasília) / 10h00 (NY) / 15h00 (Londres)

Tel: +55 (11) 3181-8565

Participantes Internacionais:

Tel: +1 (412) 717-9627 | +1 (844) 204-8942

**São Paulo, 28 de março de 2022:** VTRM Energia Participações S.A. ("VTRM"), divulga seus resultados referentes ao ano de 2021. As informações foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") e práticas contábeis adotadas no Brasil, exceto onde indicado de outra forma.

## ÍNDICE

Resultados 2021	<b>3</b>
Mensagem da Administração	<b>4</b>
Desempenho Financeiro	<b>6</b>
Endividamento	<b>11</b>
Eventos Subsequentes	<b>14</b>
Anexos	<b>16</b>

## RESULTADOS 2021

### DESTAQUES FINANCEIROS CONSOLIDADOS

(R\$ mil)	2021	2020	Δ
Receita operacional bruta	2.953.352	2.610.862	13%
Receita operacional líquida	2.624.114	2.307.057	14%
Resultado operacional bruto	1.394.677	899.281	55%
Custos e despesas	(1.264.213)	(1.392.952)	-9%
EBITDA	1.918.896	1.445.922	33%
EBITDA ajustado <sup>1</sup>	1.020.005	1.249.971	-18%
Margem EBITDA ajustado	39%	54%	-15 p.p.
Resultado líquido	311.646	1.650.470	-81%
Dívida Líquida	2.949.301	2.681.266	10%
Dívida Líquida / EBITDA UDM	1,5x	1,9x	-0,2x
Dívida Líquida / EBITDA Ajustado UDM	2,9x	2,1x	0,3x

- Crescimento na receita líquida, atingindo R\$3,0 bilhões em 2021 (+13% vs. 2020), motivado principalmente pelo crescimento da receita proveniente do mercado livre, com destaque para as operações de trading da CESP Comercializadora.
- EBITDA ajustado de R\$1,0 bilhão em 2021, reflexo principalmente da queda na margem operacional hídrica devido ao período hídrico desfavorável, impactando o volume e preço de compra de energia.
- Redução de R\$3,1 bilhões em 2021 nas contingências passivas totais antes da atualização monetária e juros processuais, em relação a 2020, sendo R\$586 milhões de redução no provável, em decorrência de acordos judiciais, revisão de estimativas conforme evolução processual dos casos e decisões judiciais favoráveis. Após atualização monetária e juros processuais, a redução foi de R\$1,8 bilhão e R\$419 milhões, respectivamente.

<sup>1</sup> EBITDA Ajustado exclui PDV (2020), reversão de provisão para litígios apenas da controlada CESP, baixa de depósitos judiciais, repactuação GSF e *impairment*.

## MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Para a Companhia, 2021 foi um ano repleto de desafios, ascensão e transformação. Nos mantivemos focados em nossas metas e objetivos de curto, médio e longo prazo, que visam a criação de uma das maiores plataformas de energia renovável no Brasil.

Para isso, nosso time trabalhou de forma incansável para atingir os melhores resultados possíveis, mesmo frente ao cenário desafiador marcado pela pior crise hídrica já observada e pela elevada volatilidade do cenário macroeconômico e energético.

Começando pela CESP, os resultados apresentados são reflexo de uma companhia diligente e direcionada para a criação de valor. Após completados três anos após a privatização, é possível observar grandes conquistas em todas as frentes de atuação da Companhia. O resultado reportado reflete os impactos causados pela crise hídrica que reduziu a produção de todas as hidrelétricas conectadas no Sistema Interligado Nacional incluindo as usinas da CESP. Do lado do contencioso passivo, a redução de mais de R\$1,0 bilhão no último trimestre do ano, perfazendo mais de R\$3,0 bilhões em 2021, demonstram o sucesso da estratégia de desmonte do portfólio de processos da companhia.

Com relação aos nossos ativos eólicos, o resultado de 2021 traz o impacto dos sinistros com os transformadores da Subestação Coletora do parque eólico Ventos do Araripe III, mas importante destacar que o complexo conta com seguro patrimonial e de lucros cessantes que compensará a maioria das perdas, este ajuste será realizado no resultado, por completo, ao longo de 2022. Cabe ressaltar que os demais ativos eólicos da companhia continuam performando dentro do esperado, com alta disponibilidade.

Concluimos, em 2021, o processo de captação de novas fontes de capital, por meio da 1ª emissão de debêntures simples, para a aquisição do projeto de energia solar Jaíba V. Adicionalmente, investimos mais de R\$600 milhões nas obras dos parques eólicos Ventos do Piauí II e III, cuja operação comercial inicia-se a partir de maio e será concluída em novembro de 2022.

Por fim, em 18 de outubro, a VTRM enviou a proposta de reorganização societária à CESP, visando a criação de uma das principais companhias de capital aberto do setor elétrico brasileiro. Esta proposta foi submetida a um Comitê Independente da CESP, responsável por avaliar o mérito da operação e negociar a relação de substituição entre as ações das companhias, cuja recomendação foi apreciada e aprovada pelo Conselho de Administração em janeiro de 2022. Em 15 de fevereiro, foi realizada a Assembleia para a deliberação sobre o tema, e, em 25 de março de 2022, após a aprovação dos acionistas e o atendimento e cumprimentos de todas as obrigações legais, as ações da CESP foram incorporadas, dando início à história de sucesso da Auren Energia.

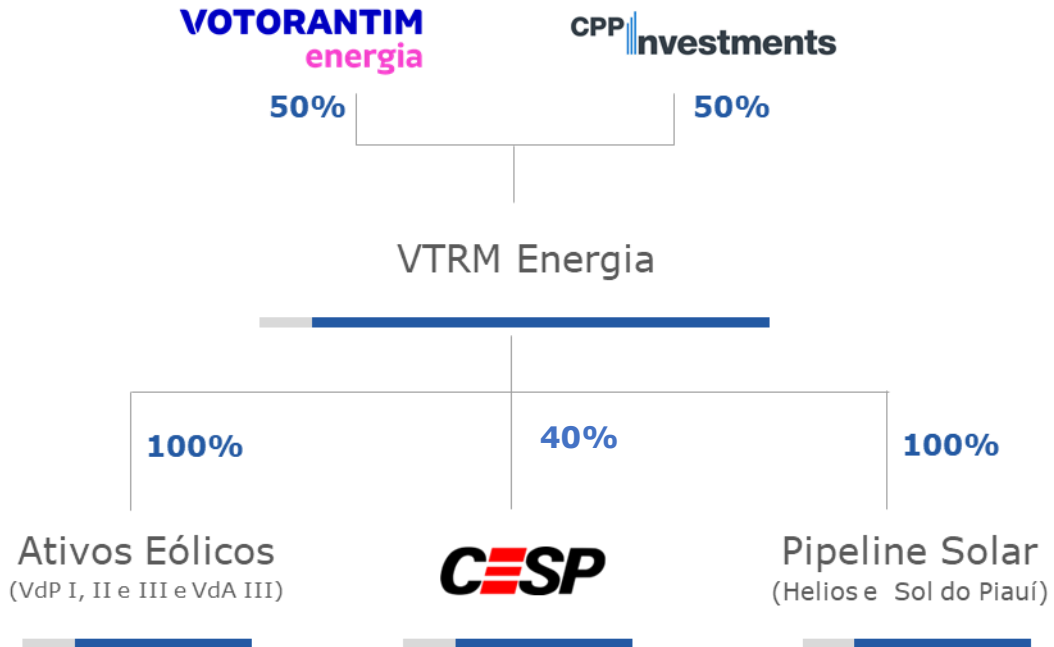
Estamos orgulhosos da jornada que trilhamos até esse momento e agradecemos a participação de todos que tornaram possível esse novo capítulo da nossa história. Nossos caminhos agora estão se expandindo. Convido a todos a se juntarem a nós nessa nova etapa!

**FABIO ZANFELICE**

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

## ESTRUTURA SOCIETÁRIA

Os resultados aqui apresentados refletem a seguinte estrutura societária, em 31 de dezembro de 2021:



## DESEMPENHO FINANCEIRO

### RECEITA LÍQUIDA

A receita operacional líquida em 2021 totalizou R\$2.624 milhões, aumento de R\$317 milhões (+14%) em relação aos R\$2.307 milhões de 2020. Essa variação é explicada principalmente por:

- **Mercado Livre (ACL):** Incremento de R\$359 milhões, resultando em uma receita de R\$2,2 bilhões em 2021 vs. R\$1,8 bilhão em 2020, principalmente devido a:
  - **Trading de energia:** Aumento de R\$252 milhões em função do crescimento do volume e incremento significativo no preço médio (R\$249/MWh em 2021 vs. R\$156/MWh em 2020) das operações de trading realizadas pela controlada CESP Comercializadora, com receita total de R\$364 milhões em 2021 vs. R\$112 milhões em 2020.
  - **Contratos Bilaterais:** Incremento de R\$76 milhões devido, principalmente, ao aumento no preço médio contratado, totalizando uma receita de R\$1.678 milhões em 2021 vs. R\$1.602 milhões em 2020.
  - **Partes Relacionadas:** Aumento de R\$37 milhões decorrente de variação de preço, sendo uma receita de R\$109 milhões em 2021 vs. R\$73 milhões em 2020. Esses contratos se referem a compra e venda de energia.
- **Venda de carbono:** Efeito positivo de R\$17 milhões em 2021 pelo início de comercialização de créditos de carbono provenientes da geração de energia renovável das plantas eólicas.

Esses efeitos foram parcialmente compensados principalmente por:

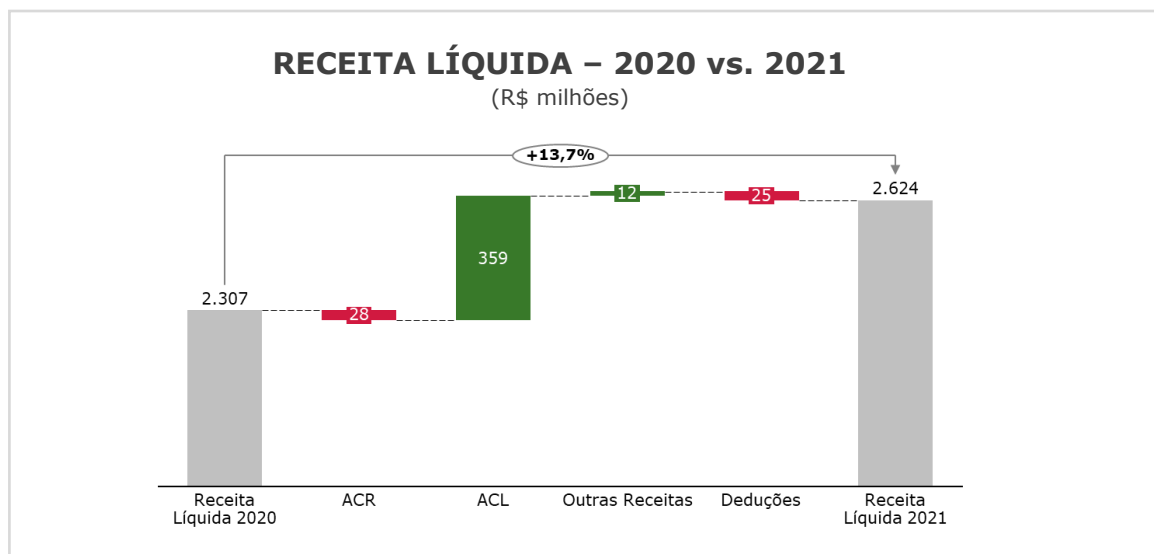
- **Mercado Regulado (ACR):** Redução de R\$28 milhões, totalizando receita de R\$884 milhões em 2021 vs. R\$913 milhões em 2020, principalmente devido a:
  - **Provisão de ressarcimento<sup>2</sup>:** Impacto redutor de receita de R\$101 milhões (R\$193 milhões em 2021 vs. R\$92 milhões em 2020) reflexo incidente na subestação coletora que interliga as empresas do complexo Ventos do Araripe III.

Impacto parcialmente compensados por:

- **Leilão de Energia Nova (LEN):** Aumento de R\$22 milhões em decorrência da atualização de preço contratual, totalizando uma receita de R\$385 milhões em 2021 vs. R\$363 milhões em 2020.

<sup>2</sup> Incidentes Ventos do Araripe III: (i) junho de 2020: parada do primeiro transformador, cujo conserto ocorreu em abril de 2021 e gerou um ressarcimento do seguro, por conta de lucro cessante, no valor de R\$46 milhões, reconhecido em 2021; e (ii) fevereiro de 2021: parada do segundo transformador, cujo conserto está em andamento e o ressarcimento de lucro cessante com a seguradora ainda está em discussão. O reconhecido contábil no resultado, será realizado quando o tema for definido.

- **Distribuidores:** Aumento de R\$24 milhões decorrente do reajuste dos preços dos contratos (R\$259/MWh em 2021 vs. R\$247/MWh em 2020), com receita total de R\$522 milhões em 2021 vs. R\$498 milhões em 2020.
- **Energia de curto prazo<sup>3</sup>:** Aumento de R\$17 milhões em decorrência da maior liquidação de energia neste mercado em 2021 em relação a 2020, totalizando uma receita de R\$72 milhões em 2021 vs. R\$55 milhões em 2020.
- **Deduções:** Aumento da despesa em R\$25 milhões, explicado principalmente pelo aumento do PIS e COFINS, em linha com o aumento das receitas operacionais, totalizando deduções de R\$329 milhões em 2021 vs. R\$304 milhões em 2020.



## CUSTOS E DESPESAS

Os custos e despesas operacionais totalizaram R\$1.264 milhões em 2021 frente R\$1.393 milhões em 2020, uma redução de R\$129 milhões na comparação dos períodos, devido principalmente a:

- **Repactuação do GSF:** Impacto positivo em 2021 de R\$782 milhões (R\$533 milhões líquido de *impairment*) resultado da homologação dos cálculos de extensão de concessão da controlada CESP para as UHES Paraibuna (R\$43 milhões) e Porto Primavera (R\$739 milhões).
- **Reversão de provisão para litígios:** Impacto positivo de R\$159 milhões, devido à reversão de provisão da controlada CESP no valor de R\$426 milhões em 2021 vs. R\$267 milhões em 2020, sendo este um efeito não-caixa. A controlada CESP apresentou no ano uma redução do total do contencioso passivo provável após atualizações monetária de R\$419 milhões, encerrando o exercício com R\$1,3 bilhão de contencioso passivo provável (vs. R\$1,7 bilhão em 2020).
- **Indenização de seguro:** Efeito positivo de R\$46 milhões pelo reconhecimento de indenização de seguro em 2021, decorrente de lucros cessantes advindos da perda por menor geração de energia, provocada pelo primeiro incidente do transformador

<sup>3</sup> Contempla liquidações e ajustes financeiros nas faturas da CCEE.

de Ventos do Araripe III, que ficou fora de operação de junho de 2020 a abril de 2021.

- **Contratos Futuros de Energia:** Efeito positivo de R\$35 milhões (receita de R\$13 milhões em 2021 vs. despesa de R\$21 milhões em 2020), sendo este um efeito não-caixa, explicado principalmente pela volatilidade das premissas usadas no cálculo da marcação à mercado das operações.

Efeitos parcialmente compensados por:

- **Custo de compra de energia:** Impacto negativo de R\$520 milhões (R\$1.130 milhões em 2021 vs. R\$609 milhões em 2020), decorrente principalmente do:
  - Incremento de R\$299 milhões nas compras para as operações de trading em 2021 (R\$383 milhões) vs. 2020 (R\$83 milhões), pelo maior volume e preço na comparação entre os exercícios; e
  - Aumento de R\$223 milhões na energia comprada para equacionamento do balanço energético da controlada CESP, pela manutenção do cenário hidrológico desfavorável no ano, resultando no incremento da necessidade de compra (387 MWm em 2021 vs. 317 MWm em 2020) devido a piora do GSF na comparação entre os exercícios (73% em 2021 vs. 81% em 2020). Além disso, tais compras foram realizadas com um preço médio maior (R\$240/MWh em 2021 vs. R\$204/MWh em 2020). Cada 1 p.p. de variação no GSF corresponde a um volume de energia de aproximadamente 7 MW médios reduzidos da garantia física da controlada CESP, impactando a capacidade de atendimento aos contratos de venda de energia.
- **PMSO:** Incremento da despesa em R\$50 milhões na comparação entre os exercícios (R\$280 milhões em 2021 vs. R\$229 milhões em 2020) explicado principalmente pelo aumento de R\$45 milhões no gasto em Serviços de Terceiros em função do incremento de gastos com consultorias para apoio à projetos estratégicos e maior gasto com serviços de O&M, decorrente de reajustes contratuais anuais previamente acordados com fornecedores.
- **Outros efeitos não caixa<sup>4</sup>:** Tais efeitos totalizaram R\$602 milhões em 2021 vs. R\$567 milhões em 2020, um aumento de R\$34 milhões na despesa na comparação entre os exercícios devido ao aumento de depreciação e amortização impactado principalmente pelo registro da extensão da concessão decorrente da repactuação do risco hidrológico das UHES Paraibuna e Porto Primavera.
- **Encargos setoriais:** Incremento de R\$29 milhões de encargos de uso da rede elétrica (R\$199 milhões em 2021 vs. R\$170 milhões em 2020), explicado pelo reajuste anual da TUST.

---

<sup>4</sup> Outros itens não caixa incluem: depreciação/amortização, provisões de PIS/COFINS para depósitos judiciais e reversão/provisão para obrigações socioambientais.

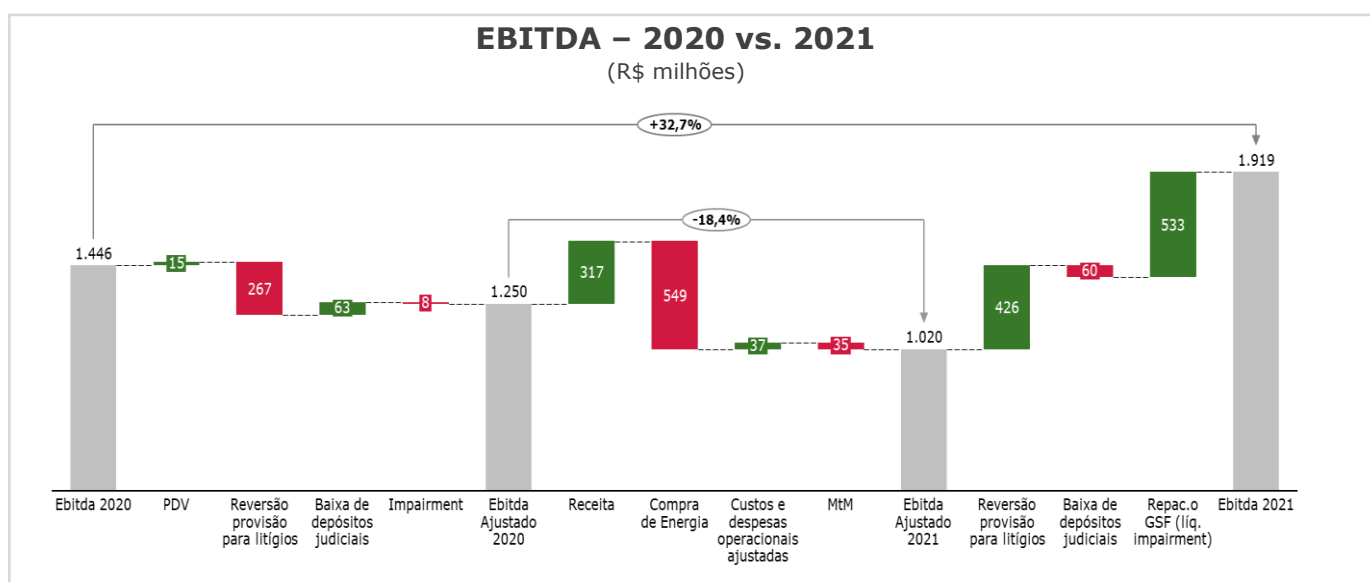


## EBITDA E EBITDA AJUSTADO

(R\$ mil)	2021	2020	Δ
<b>Lucro líquido</b>	<b>311.646</b>	<b>1.650.470</b>	<b>-81%</b>
IR e CSLL líquidos <sup>5</sup>	281.208	(1.458.771)	-119%
Resultado financeiro	767.047	722.406	6%
<b>= EBIT</b>	<b>1.359.901</b>	<b>914.105</b>	<b>49%</b>
Depreciação / amortização	558.995	531.817	5%
<b>EBITDA</b>	<b>1.918.896</b>	<b>1.445.922</b>	<b>33%</b>
PDV	-	14.998	-
Reversão provisão para litígios	(425.693)	(266.644) <sup>6</sup>	60%
Baixa de depósitos judiciais	60.256	63.284	-5%
Repactuação GSF	(781.974)	-	-
Impairment	248.520	(7.589)	-
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>1.020.005</b>	<b>1.249.971</b>	<b>-18%</b>
Margem EBITDA ajustado	38,9%	54,2%	-15 p.p.

O EBITDA ajustado totalizou R\$1,0 bilhão em 2021 com margem de 39%, valor 33% acima do que 2020 (R\$473 milhões). A variação do EBITDA ajustado no ano pode ser explicada, principalmente: (i) pela queda na margem operacional hídrica em R\$124 milhões devido ao período hídrico desfavorável, impactando o volume e preço de compra de energia; e (ii) incremento de R\$49 milhões no PMSO explicado principalmente pelo aumento no gasto com serviços de terceiros.

Os ajustes realizados no período foram: (i) reconhecimento de R\$533 milhões referente a repactuação do GSF das usinas da Companhia no exercício, líquido de *impairment*; e (ii) reversão de provisão para litígios no valor de R\$426 milhões; efeitos parcialmente compensados pela (iii) baixa de depósitos judiciais no total de R\$60 milhões.



<sup>5</sup> 4T21: IR e CSLL líquidos resultado de reversão de R\$27 milhões de imposto corrente e R\$260 milhões de diferido impactado pela repactuação do GSF, sendo R\$7 milhões de saída de caixa. Variação do PMSO considera PDV de R\$9,0 milhões no 4T20.

<sup>6</sup> Saldo de item não recorrente se refere a reversão/provisão para litígios apenas da controlada CESP, não sendo expurgado do EBITDA os saldos das outras controladas.

**RESULTADO FINANCEIRO**

(R\$ mil)	2021	2020	Δ
<b>Receitas financeiras</b>	<b>95.079</b>	<b>44.304</b>	<b>115%</b>
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(862.126)</b>	<b>(766.710)</b>	<b>12%</b>
Encargos de dívida	(254.894)	(227.464)	12%
Atualização monetária	(200.852)	(60.054)	-234%
Atualização provisão para litígios	(167.516)	(315.757)	-47%
Atualização de benefícios pós-emprego	(158.122)	(59.622)	165%
Outras despesas financeiras	(80.742)	(103.813)	-22%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(767.047)</b>	<b>(722.406)</b>	<b>6%</b>

O resultado financeiro líquido em 2021 foi uma despesa líquida de R\$767 milhões comparado a uma despesa de R\$722 milhões apresentada em 2020. O aumento na comparação anual pode ser explicado principalmente, por:

- **Encargos de dívidas e atualização monetária de debêntures:** Incremento de R\$141 milhões devido ao aumento dos indexadores (CDI: 4,42% em 2021 vs. 2,76% em 2020; IPCA: 10,06% em 2021 vs. 4,52% em 2020) utilizados para cálculos da remuneração e atualização monetária do Contrato de financiamento do BNDES e das debêntures controladas da Companhia, totalizando uma despesa de R\$456 milhões em 2021 vs. R\$288 milhões em 2020; e
- **Atualização do saldo de benefícios pós-emprego:** Aumento de R\$99 milhões, explicado principalmente pela atualização do saldo do passivo atuarial dos planos de pensão patrocinados pela controlada CESP, totalizando uma despesa de R\$158 milhões em 2021 vs. R\$60 milhões em 2020; efeitos parcialmente compensados pela:
- **Atualização do saldo de provisão para litígios:** Redução de R\$148 milhões, decorrente da baixa significativa de provisão do contencioso entre os períodos e pela queda do IGP-M acumulado do período (17,78% em 2021 vs. 23,14% em 2020) totalizando R\$168 milhões em 2021 vs. R\$316 milhões em 2020; e
- **Receita financeira:** Aumento da receita em R\$51 milhões devido ao crescimento da receita com rendimentos de aplicações financeiras e ajuste a valor presente da operação de alienação de investidas, com receita total de R\$95 milhões em 2021 vs. R\$44 milhões em 2020.

## RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2021 foi um lucro de R\$312 milhões, contra R\$1,7 bilhão em 2020.

O saldo expressivo de 2020 se caracteriza pelo resultado da controlada CESP que reflete a revogação da ICVM nº 371/2002, que limitava em 10 anos o prazo máximo para a realização do ativo fiscal diferido a partir da expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

Com isso a controlada CESP constituiu o imposto diferido (IR/CSLL) de R\$1,6 bilhão, valor que contempla 100% do prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores, garantido pela norma contábil que não limita o período para realização de impostos diferidos. Importante destacar que isso foi possível, uma vez que a realização de todo o IR/CSLL diferido será no período da concessão da UHE de Porto Primavera.

Outros efeitos importantes para o resultado de 2021 foram: maior compra de energia no período pelo efeito da hidrologia, sinistro do complexo eólico Ventos do Araripe III, impacto da reversão de provisão de litígios pela estratégia de desmonte do passivo, repactuação do GSF e maior despesa financeira principalmente devido a atualização do saldo do passivo atuarial dos planos de pensão patrocinados pela controladora CESP.

## ENDIVIDAMENTO

O endividamento bruto em 31 de dezembro de 2021 era de R\$4,7 bilhões e o prazo médio da dívida consolidada da Companhia era de 7 anos. A posição de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras ao final do exercício era R\$1,8 bilhões contra R\$1,2 bilhão em 2020. A dívida líquida em 31 de dezembro de 2021 era de R\$2,9 bilhões.

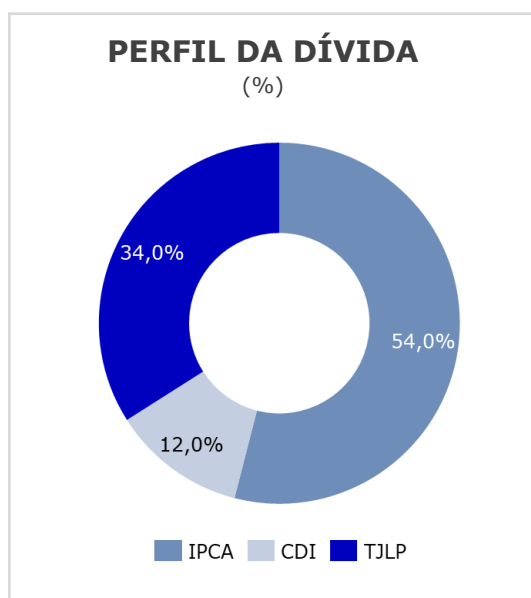
Por meio de captações de certas dívidas, a Companhia e suas controladas buscam alongar o prazo médio dos vencimentos, bem como equilibrar o fluxo de caixa para a construção dos parques eólicos.

Em 2021, foram realizadas as seguintes captações:

- Agosto: Os complexos eólicos Ventos do Piauí II e III, atualmente em construção, captaram o montante de R\$ 537 milhões, relativa a 1ª parcela do financiamento aprovado junto ao BNDES. O financiamento prevê amortizações mensais do valor do principal, com início a partir de novembro de 2022. As demais parcelas do financiamento já estão contratadas com as mesmas condições e totalizam R\$1,6 bilhão de captação total. A estimativa de entrada desses valores é até novembro de 2022, quando o parque entrará em operação comercial; e
- Dezembro: a VTRM Holding, realizou a sua 1ª emissão de debêntures simples, em série única, no montante total de R\$300 milhões e possui sistema de amortização *bullet*, ou seja, em uma parcela, dezembro de 2024, indexados ao CDI + 1,48% a.a.

O detalhamento por tipo de financiamento e por forma de indexação está representado conforme tabela a seguir:

(R\$ milhões)	Saldo	Indexador	Spread	Amortização	Vencimento	Rating	Agência
<b>Piauí I</b>	<b>793,6</b>						
BNDES	664,5	TJLP	2,16%	Mensal	Jun/34	-	-
1ª Debênture	129,1	IPCA	5,47%	Anual	Jun/24	AAA (bra)	Fitch Ratings
<b>Piauí II e III</b>	<b>549,9</b>						
BNDES	549,9	IPCA	4,56%	Mensal	Mar/45	-	-
<b>Araripe III</b>	<b>1.071,7</b>						
Repasse	436,1	TJLP	3,15%	Mensal	Dez/29	-	-
BNDES	454,7	TJLP	2,49%	Mensal	Jun/35	-	-
1ª Debênture	180,9	IPCA	6,99%	Semestral	Jul/32	AA (bra)	Fitch Ratings
<b>VTRM Holding</b>	<b>299,7</b>						
1ª Debênture	299,7	CDI	1,48%	Anual	Dez/24	-	-
<b>CESP</b>	<b>1.996,0</b>						
11ª Debênture	299,2	CDI	1,64%	Semestral	Dez/25	-	-
12ª Debênture	1.696,8	IPCA	4,30%	Semestral	Ago/30	AAA (bra)	Fitch Ratings
<b>Total</b>	<b>4.710,9</b>						



## ALAVANCAGEM E COVENANTS

A alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e EBITDA ajustado, encerrou 2021 em 2,9x.

A Companhia e suas controladas avaliaram os *covenants* (financeiros e não financeiros) contidos em seus contratos de dívidas, e constataram que, em 31 de dezembro de 2021, atenderam adequadamente todas as suas obrigações constantes em seus contratos de empréstimos e financiamento e ainda concluiu que a pandemia não provocou quaisquer impactos no atendimento de nenhuma de suas obrigações.

Cabe ressaltar que, especificamente para o *covenant* financeiro ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), a controlada Ventos de Santo Estevão Holding S.A obteve anuência de seus credores para o não atingimento do ICSD (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida) consolidado (manutenção  $\geq 1,2x$ ) no exercício social encerrado de 2021. Em 2021 este indicador foi de 0,37x.

## RATING

Em novembro 2021, a Companhia obteve classificação de rating em AAA (bra). Perspectiva estável por uma das três maiores agências de classificação de risco internacional a "Fitch Ratings", como sendo a mais alta escala de rating, que consiste na avaliação sobre a capacidade da Companhia de honrar com seus compromissos financeiros.

A controlada CESP, em 22 de outubro de 2021, obteve upgrade de perspectiva após análise da Proposta de Reorganização recebida pela Companhia em 18 de outubro de 2021, pela Fitch.

Abaixo, os atuais ratings corporativos:

	Agência	Rating	Outlook	Revisão
<b>VTRM Holding</b>	Fitch Ratings	AAA (bra)	Estável	11/21
<b>CESP</b>	Fitch Ratings	BB   AAA (bra)	Negativo   Estável	07/21
<b>CESP</b>	Standards & Poor's	BB-   br.AAA	Estável	05/21

## EVENTOS SUBSEQUENTES

Reestruturação societária decorrente das Operações VTRM e CESP:

A Votorantim S.A. e o CPP Investments anunciaram, em 18 de outubro de 2021, a intenção de consolidar ativos de energia no Brasil, com ações listadas no Novo Mercado da B3.

Como parte do processo de reorganização, as empresas do grupo Votorantim: CBA, Votorantim Cimentos e Nexa Resources assumiram a gestão de seus ativos de autoprodução de energia que anteriormente estavam sob administração da Votorantim Energia.

A consolidação aconteceu por meio de duas transações principais, e compreendeu diversas etapas, as quais são detalhadas nos tópicos seguintes:

### 1. Operação VTRM

- Incorporação reversa da sua até então controladora em conjunto VGE: concluída em 03 de fevereiro de 2022
- Aporte de Capital pelo CPP Investments: concluída em 03 de fevereiro de 2022
- Abertura de Capital da VTRM e Listagem no Novo Mercado: concluído em 25 de fevereiro de 2022

### 2. Operação CESP

- Incorporação de Ações CESP: concluída em 25 de março de 2022

Para mais detalhes vide nota explicativa 31.1 da DF de 2021.

## ANEXOS

Ativo	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>	<b>2.351.999</b>	<b>1.743.985</b>
Caixa e equivalentes de caixa	1.595.818	1.102.652
Aplicações financeiras	77.751	-
Fundo de liquidez - Conta reserva	6.153	6.740
Contas a receber de clientes	328.631	384.390
Tributos a recuperar	36.714	65.624
Dividendos a receber	-	-
Partes relacionadas	3.678	7.043
Ordens de projetos - P&D	5.076	52.685
Contratos futuros de energia	270.815	103.139
Outros ativos	18.935	21.712
Ativos disponíveis para venda	8.428	-
<b>Não circulante</b>	<b>17.210.554</b>	<b>16.676.523</b>
Fundo de liquidez – Conta reserva	100.048	76.295
Partes relacionadas	66.311	11.421
Cauções e depósitos judiciais	195.968	260.496
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.408.893	3.954.680
Almoxarifado	6.042	6.199
Contratos futuros de energia	341.292	25.297
Ativo sujeito à indenização	1.739.161	1.739.161
Outros ativos	842	355
Investimentos	-	-
Imobilizado	8.980.282	8.825.418
Intangível	2.366.432	1.770.768
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	5.283	6.433
<b>Total do ativo</b>	<b>19.562.553</b>	<b>18.420.508</b>

	<b>Consolidado</b>	
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Circulante</b>	<b>1.601.955</b>	<b>1.446.863</b>
Empréstimos e financiamentos	208.959	128.977
Fornecedores	225.578	147.934
Arrendamentos	1.824	1.787
Instrumentos financeiros derivativos	12.699	95.084
Contratos futuros de energia	282.619	120.475
Obrigações estimadas e folha de pagamento	23.893	25.729
Tributos a recolher	37.709	53.614
Encargos setoriais	20.170	76.507
Dividendos a pagar e juros sobre capital próprio	249.692	632.008
UBP - Uso do bem público	42.462	41.307
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	44.065	34.478
Provisão de ressarcimento	325.557	64.582
Outros passivos	126.728	24.381
<b>Não circulante</b>	<b>8.914.083</b>	<b>8.719.989</b>
Empréstimos e financiamentos	4.501.915	3.620.711
Fornecedores	74.216	41.538
Arrendamentos	3.674	4.820
Instrumentos financeiros derivativos	-	9.141
Contratos futuros de energia	337.697	29.405
Tributos a recolher	13.396	10.525
Encargos setoriais	-	1.240
Partes relacionadas	64.182	16.970
Imposto de renda e contribuição social diferidos	352.024	357.238
UBP - Uso do bem público	87.531	114.057
Obrigações socioambientais e desmobilização de ativos	270.276	229.335
Provisão de ressarcimento	7.970	76.221
Provisões	1.329.412	1.748.306
Benefícios pós-emprego	1.785.499	2.412.379
Outros passivos	86.291	48.103
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>9.046.515</b>	<b>8.253.656</b>
Capital social	3.000.836	2.977.983
Reservas de lucros	1.861.941	1.537.852
Ajustes de avaliação patrimonial	(405.374)	(636.478)
Participação dos acionistas não controladores	4.589.112	4.374.299
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>19.562.553</b>	<b>18.420.508</b>



**Demonstração dos Resultados (Detalhado)**

R\$ mil

	2021	2020	Var. (%)	Var. (Vol)
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>2.953.352</b>	<b>2.610.862</b>	<b>13%</b>	<b>342.490</b>
Venda de energia elétrica	3.047.887	2.717.214	12%	330.673
Venda de serviços	17.028	-	-	17.028
Instrumentos financeiros derivativos	(114.905)	(116.295)	-1%	1.390
Outras receitas	3.342	9.943	-66%	(6.601)
<b>Deduções à receita operacional</b>	<b>(329.238)</b>	<b>(303.805)</b>	<b>8%</b>	<b>(25.433)</b>
COFINS sobre receitas operacionais	(219.680)	(187.801)	17%	(31.879)
PIS sobre receitas operacionais	(47.124)	(40.198)	17%	(6.926)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	(37.618)	(51.389)	-27%	13.771
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(15.706)	(15.098)	4%	(608)
Quota para a reserva global de reversão - RGR	(1.773)	(2.579)	-31%	806
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica - TFSEE	(7.180)	(6.656)	8%	(524)
Imposto sobre serviços - ISS	(157)	(84)	87%	(73)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.624.114</b>	<b>2.307.057</b>	<b>14%</b>	<b>317.057</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>(1.229.437)</b>	<b>(1.407.776)</b>	<b>-13%</b>	<b>178.339</b>
Custo com energia elétrica	(1.328.735)	(779.350)	70%	(549.385)
Custo com operação	(682.676)	(628.426)	9%	(54.250)
Repactuação do risco hidrológico	781.974	-	-	781.974
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>1.394.677</b>	<b>899.281</b>	<b>55%</b>	<b>495.396</b>
<b>Despesas e receitas operacionais</b>	<b>(34.776)</b>	<b>14.824</b>	<b>-</b>	<b>(49.600)</b>
Despesas gerais e administrativas	(168.597)	(151.054)	12%	(17.543)
Outras receitas operacionais, líquidas	133.821	165.878	-19%	(32.057)
<b>Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>1.359.901</b>	<b>914.105</b>	<b>49%</b>	<b>445.796</b>
Receitas financeiras	95.079	44.304	115%	50.775
Despesas financeiras	(862.126)	(766.710)	12%	(95.416)
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(767.047)</b>	<b>(722.406)</b>	<b>6%</b>	<b>(44.641)</b>
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contrib. social</b>	<b>592.854</b>	<b>191.699</b>	<b>-</b>	<b>401.155</b>
IR e CSLL - corrente	(40.325)	(47.049)	-14%	6.724
IR e CSLL - diferido	(240.883)	1.505.820	-	(1.746.703)
<b>IR e CSLL líquidos</b>	<b>(281.208)</b>	<b>1.458.771</b>	<b>-</b>	<b>(1.739.979)</b>
<b>Lucro (prejuízo) líquido</b>	<b>311.646</b>	<b>1.650.470</b>	<b>-81%</b>	<b>(1.338.824)</b>
Lucro (Prejuízo) básico e diluído por ação	0,95	5,04	-81%	(4,09)